

Bruxelas, XXX  
[...] (2021) XXX draft

## COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

**Critérios para a análise da compatibilidade com o mercado interno dos auxílios destinados a fomentar a realização de projetos importantes de interesse europeu comum**

## 1. INTRODUÇÃO

1. A presente comunicação fornece orientações para a apreciação do financiamento público de projetos importantes de interesse europeu comum (PIIEC) ao abrigo das regras em matéria de auxílios estatais.
2. Os PIIEC podem representar um contributo muito importante para o crescimento económico sustentável, o emprego e a competitividade da indústria e a economia da UE, tendo em conta a sua repercussão positiva no mercado interno e na sociedade em geral.
3. Os PIIEC permitem reunir conhecimentos, especializações, recursos financeiros e agentes económicos de toda a UE, com vista a dar resposta a importantes deficiências do mercado ou sistémicas, bem como a desafios societais que não poderiam ser enfrentados de outro modo. O seu objetivo é associar os setores público e privado na realização de projetos de grande escala com benefícios significativos para a UE e para os seus cidadãos.
4. Os PIIEC podem apoiar todas as políticas e ações que alcancem objetivos europeus comuns, em especial o Pacto Ecológico Europeu<sup>1</sup>, a Estratégia Digital<sup>2</sup>, a Nova Estratégia Industrial para a Europa<sup>3</sup> e o Next Generation EU<sup>4</sup>. Os PIIEC podem também contribuir para uma recuperação sustentável na sequência de graves perturbações económicas, como as causadas pela pandemia de COVID-19, e apoiar os esforços para reforçar a resiliência económica e social da UE.
5. Tendo em conta a Estratégia para as pequenas e médias empresas (PME)<sup>5</sup>, é importante que as PME possam participar nos PIIEC e deles beneficiar. Na sua apreciação, a Comissão terá em conta as circunstâncias em que o auxílio notificado é menos suscetível de distorcer indevidamente a concorrência, por exemplo devido ao seu montante.
6. A implementação dos PIIEC exige muitas vezes uma participação significativa das autoridades públicas, uma vez que, de outro modo, o mercado não financiaria tais projetos. No caso de o financiamento público desses projetos constituir um auxílio estatal, a presente comunicação

---

<sup>1</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Pacto Ecológico Europeu», COM(2019) 640 final de 11 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Construir o futuro digital da Europa», COM(2020) 67 final de 19 de fevereiro de 2020.

<sup>3</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Uma nova estratégia industrial para a Europa», COM(2020) 102 final de 10 de março de 2020.

<sup>4</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «A Hora da Europa: Reparar os danos e Preparar o Futuro para a Próxima Geração», COM(2020) 456 final de 27 de maio de 2020.

<sup>5</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Uma Estratégia para as PME com vista a uma Europa Sustentável e Digital», COM(2020) 103 final de 10 de março de 2020.

estabelece as regras aplicáveis, de modo a assegurar a manutenção de condições de concorrência equitativas no mercado interno.

7. Nos termos do artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE, os auxílios destinados a fomentar a realização de um projeto importante de interesse europeu comum podem ser considerados compatíveis com o mercado interno. Por conseguinte, a presente comunicação faculta orientações relativas aos critérios a aplicar pela Comissão na apreciação dos auxílios estatais concedidos para fomentar a realização dos PIIEC. Em primeiro lugar, define o seu âmbito de aplicação e, em seguida, estabelece uma lista de critérios a utilizar pela Comissão para apreciar a natureza e a importância dos PIIEC para efeitos de aplicação do artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE. Em seguida, explica a forma como a Comissão apreciará a compatibilidade do financiamento público dos PIIEC com as regras em matéria de auxílios estatais.
8. A presente comunicação não exclui a possibilidade de os auxílios destinados a fomentar a realização de PIIEC também poderem ser considerados compatíveis com o mercado interno com base noutras disposições do TFUE, nomeadamente o artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE e respetivas normas de execução. No entanto, essas disposições podem não ter completamente em consideração a pertinência, as especificidades e as características dos PIIEC, que podem exigir disposições específicas em matéria de elegibilidade, de compatibilidade e de procedimentos, as quais são estabelecidas na presente comunicação.

## **2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

9. A Comissão aplicará os princípios da presente comunicação aos PIIEC em todos os setores da atividade económica.
10. A presente comunicação não é aplicável:
  - a) Às medidas que consistam em auxílios a empresas em dificuldade, tal como definidas nas Orientações relativas aos auxílios de emergência e à reestruturação<sup>6</sup> ou em quaisquer orientações que lhes sucedam, tal como alteradas ou substituídas, com exceção das empresas que não se encontravam em dificuldade em 31 de dezembro de 2019, mas que se tornaram empresas em dificuldade no período a partir de 1 de janeiro de 2020 e enquanto for aplicado o Quadro Temporário;
  - b) Às medidas que consistam em auxílios a empresas sujeitas a uma injunção de recuperação ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declare o auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno;

---

<sup>6</sup> Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade (JO C 249 de 31.7.2014, p. 1). Como explicado no ponto 23 das referidas orientações, uma vez que a sua própria existência está em perigo, uma empresa em dificuldade não pode ser considerada um instrumento adequado para promover a realização de objetivos de outras políticas públicas enquanto a sua viabilidade não estiver assegurada.

- c) Às medidas de auxílio que constituam, por si só, por força das condições a que estão subordinadas ou do seu método de financiamento, uma violação não dissociável do direito da UE<sup>7</sup>, em especial:
- i. às medidas de auxílio de acordo com as quais a concessão do auxílio esteja sujeita à obrigação de o beneficiário ter a sua sede no Estado-Membro em causa ou estar predominantemente estabelecido nesse Estado-Membro;
  - ii. às medidas de auxílio que prevejam que a concessão do auxílio está sujeita à obrigação de o beneficiário utilizar bens de produção nacional ou serviços nacionais;
  - iii. às medidas de auxílio que restrinjam a possibilidade de os beneficiários utilizarem os resultados das atividades de investigação, desenvolvimento e inovação obtidos noutros Estados-Membros.

### **3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

11. Para determinar se um projeto é ou não abrangido pelo âmbito de aplicação do artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE, a Comissão aplicará os critérios estabelecidos nas secções 3.1, 3.2 e 3.3.

#### **3.1. Definição de projeto**

12. A proposta de auxílio deve dizer respeito a um único projeto cujos objetivos e condições de execução, incluindo os seus participantes e o respetivo financiamento, se encontram claramente definidos<sup>8</sup>.
13. A Comissão pode também considerar elegível um «projeto integrado», ou seja, um grupo de projetos únicos inseridos numa estrutura comum, num roteiro ou num programa que vise os mesmos objetivos e tenha por base uma abordagem sistémica coerente. As componentes individuais do projeto integrado podem dizer respeito a níveis distintos da cadeia de abastecimento, mas devem ser complementares e proporcionar valor acrescentado significativo para a realização do objetivo europeu<sup>9</sup>.

#### **3.2. Interesse europeu comum**

##### *3.2.1. Critérios cumulativos gerais*

14. O projeto deve contribuir de forma concreta, clara e identificável para a realização de um ou mais objetivos da UE e deve ter um impacto significativo no crescimento sustentável, na resposta a desafios sociais ou na criação de valor em toda a UE.

---

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, o processo C-156/98, Alemanha/Comissão, ECLI:EU:C:2000:467, n.º 78, e processo C-333/07 Régie Networks/Rhone Alpes Bourgogne, ECLI:EU:C:2008:764, n.ºs 94 a 116.

<sup>8</sup> No caso da investigação e do desenvolvimento, se dois ou mais projetos não forem claramente separáveis um do outro e, em especial, se não tiverem, independentemente um do outro, probabilidades de êxito tecnológico, devem ser considerados um projeto único.

<sup>9</sup> Em seguida, o projeto único e o projeto integrado são referidos como «projeto».

15. O projeto deve representar um contributo substancial para a concretização dos objetivos da UE, por exemplo, constituindo um eixo de grande importância, nomeadamente, para o Pacto Ecológico Europeu<sup>10</sup>, a Estratégia Digital<sup>11</sup> e a Estratégia Europeia para os Dados<sup>12</sup>, a Nova Estratégia Industrial para a Europa<sup>13</sup>, o Next Generation EU<sup>14</sup>, o novo Espaço Europeu da Investigação para a Investigação e a Inovação<sup>15</sup>, o novo Plano de Ação para a Economia Circular<sup>16</sup> ou o objetivo da UE para atingir a neutralidade climática até 2050.
16. O projeto deve demonstrar que foi concebido para suprir importantes deficiências do mercado ou sistémicas, que o impedem de ser executado na mesma medida ou da mesma forma na ausência de auxílio, ou desafios societais, que de outra forma não poderiam ser resolvidos ou corrigidos.
17. A menos que um número inferior se justifique pela natureza do projeto<sup>17</sup>, este deve envolver pelo menos quatro Estados-Membros e os seus benefícios não se devem limitar aos Estados-Membros financiadores, mas estender-se a uma grande parte da UE. Os benefícios do projeto devem ser claramente definidos de forma concreta e identificável<sup>18</sup>.

---

<sup>10</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Pacto Ecológico Europeu», COM(2019) 640 final de 11 de dezembro de 2019.

<sup>11</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Construir o futuro digital da Europa», COM(2020) 67 final de 19 de fevereiro de 2020.

<sup>12</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Uma estratégia europeia para os dados», COM(2020) 66 final de 19 de fevereiro de 2020.

<sup>13</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Uma nova estratégia industrial para a Europa», COM(2020) 102 final de 10 de março de 2020.

<sup>14</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «A Hora da Europa: Reparar os danos e Preparar o Futuro para a Próxima Geração», COM(2020) 456 final de 27 de maio de 2020.

<sup>15</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Um novo EEI para a Investigação e a Inovação», COM(2020) 628 final de 30 de setembro de 2020.

<sup>16</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Um novo Plano de Ação para a Economia Circular – Para uma Europa mais limpa e competitiva», COM(2020) 98 final de 11 de março de 2020.

<sup>17</sup> Um número inferior de Estados-Membros pode justificar-se, por exemplo, se o projeto disser respeito a infraestruturas de investigação interligadas e a projetos de RTE-T que têm uma importância fundamentalmente transnacional, na medida em que fazem parte de uma rede transfronteiriça fisicamente ligada ou são essenciais para melhorar a gestão do tráfego ou da interoperabilidade transfronteiriças.

<sup>18</sup> O simples facto de o projeto ser realizado por empresas de vários países ou de uma infraestrutura de investigação ser subsequentemente utilizada por empresas estabelecidas em diferentes Estados-Membros não é suficiente para que um projeto possa ser considerado um PIIEC. O Tribunal de Justiça confirmou a política da Comissão de considerar que um projeto pode ser qualificado de interesse europeu comum, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, alínea b), quando se integre num programa transnacional europeu apoiado conjuntamente pelos governos de diversos Estados-Membros, ou quando se enquadre numa ação concertada de vários Estados-Membros com vista a lutar contra uma ameaça comum. Processos apensos C-62/87 e 72/87, Exécutif régional wallon e SA Glaverbel/Comissão, ECLI:EU:C:1988:132, n.º 22.

18. Todos os Estados-Membros devem ter uma verdadeira oportunidade de participar num projeto emergente. A menos que a natureza do projeto o justifique, os Estados-Membros notificantes devem demonstrar que todos os Estados-Membros foram informados da eventual emergência de um projeto, nomeadamente através de contactos, alianças, reuniões ou eventos de relacionamento, e que puderam participar de forma adequada.
19. Os benefícios do projeto não devem limitar-se às empresas ou ao setor em causa, mas devem ter uma importância e uma aplicação mais vastas para a economia ou a sociedade da UE, através de efeitos indiretos positivos (como efeitos sistémicos a vários níveis da cadeia de valor ou dos mercados a montante ou a jusante, assim como utilizações alternativas noutros setores ou uma transferência modal) claramente definidos de forma concreta e identificável.
20. O projeto deve envolver uma parte significativa de cofinanciamento por parte do beneficiário.
21. O projeto deve respeitar o princípio de «não prejudicar significativamente» e garantir a eliminação progressiva dos subsídios prejudiciais ao ambiente, tal como reafirmado pelo Pacto Ecológico Europeu<sup>19</sup>.

#### 3.2.2. Indicadores positivos gerais

22. Além dos critérios cumulativos indicados na secção 3.2.1, a Comissão adotará uma abordagem mais favorável se:
  - a) A conceção do projeto implicar a Comissão ou um organismo jurídico no qual esta tenha delegado os seus poderes, como, por exemplo, o Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento;
  - b) A seleção do projeto implicar a Comissão ou um organismo jurídico no qual esta delegou os seus poderes, desde que esse organismo aja apenas para esse efeito enquanto estrutura de execução;
  - c) A estrutura de governação do projeto implicar a Comissão ou um organismo jurídico no qual esta tenha delegado os seus poderes, bem como os Estados-Membros participantes;
  - d) O projeto implicar importantes interações colaborativas em termos de número de parceiros, de participação de organizações de diferentes setores ou de participação de empresas de diferentes dimensões e, em especial, de colaborações entre grandes empresas e pequenas e médias empresas em diferentes Estados-Membros;
  - e) O projeto implicar cofinanciamento a partir de um fundo da UE<sup>20</sup> em gestão direta, indireta ou partilhada;

---

<sup>19</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – «Pacto Ecológico Europeu», COM(2019) 640 final de 11 de dezembro de 2019.

<sup>20</sup> O financiamento da UE, gerido de forma centralizada pelas instituições, agências, empresas comuns ou outros órgãos da UE, que não esteja direta ou indiretamente sob o controlo do Estado-Membro, não constitui um auxílio estatal. Os auxílios estatais podem ser cumulados com financiamento a partir de um fundo da UE, desde que esteja preenchida a condição enunciada no ponto 36.

- f) O projeto tiver em conta o Regulamento Taxonomia<sup>21</sup>.

### 3.2.3. Critérios específicos

23. Os Projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) devem ter um importante caráter inovador ou constituir um valor acrescentado significativo em termos de I&D&I, à luz do estado da técnica no setor em causa.
24. Os projetos que incluem uma primeira utilização industrial devem permitir o desenvolvimento de um novo produto ou serviço com elevado conteúdo de investigação e inovação e/ou a implementação de um processo de produção radicalmente inovador. As atualizações regulares sem uma dimensão inovadora das instalações existentes e o desenvolvimento de novas versões de produtos existentes não são considerados uma primeira utilização industrial.
25. Para efeitos da presente comunicação, a primeira utilização industrial refere-se à passagem a uma fase superior de instalações-piloto, de instalações de demonstração ou dos primeiros equipamentos e instalações no seu género, que abranjam as fases posteriores à fase-piloto, incluindo a fase de ensaio, mas excluindo a produção em massa e as atividades comerciais<sup>22</sup>. As atividades relativas à primeira utilização industrial podem ser financiadas pelos auxílios estatais, desde que a primeira utilização industrial resulte de uma atividade de I&D&I e que inclua ela própria uma componente muito importante de I&D&I que constitua um elemento integrante e necessário para o sucesso da aplicação do projeto. A primeira utilização industrial não tem de ser efetuada pela mesma entidade que realizou a atividade de I&D&I, desde que a primeira adquira os direitos de utilização dos resultados da anterior atividade de I&D&I e que tanto a atividade de I&D&I como a primeira utilização industrial estejam abrangidas pelo projeto.
26. Os projetos no domínio do ambiente, da energia, dos transportes, da saúde ou digital, na medida em que não estejam abrangidos pelos pontos 23 e 24, devem ser de grande importância para as estratégias da UE em matéria de ambiente, clima, energia (nomeadamente a segurança do aprovisionamento energético), transportes, saúde, bem como em matéria digital, ou contribuir de forma significativa para o mercado interno, incluindo, mas não exclusivamente, para esses setores específicos.

### 3.3. Importância do projeto

27. Para ser considerado um PIIEC, um projeto deve ser importante do ponto de vista quantitativo ou qualitativo. Deve ser particularmente importante em termos de dimensão ou alcance e/ou implicar um risco tecnológico ou financeiro muito considerável.

---

<sup>21</sup> Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável (JO L 198 de 22.6.2020, p. 13).

<sup>22</sup> As vendas atípicas limitadas relacionadas com a fase de ensaio, incluindo amostras, comentários ou certificações, estão excluídas da noção de «atividades comerciais».

#### **4. CRITÉRIOS DE COMPATIBILIDADE**

28. Aquando da apreciação da compatibilidade com o mercado interno de um auxílio para fomentar a realização de um PIIEC ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE, a Comissão terá em conta os critérios<sup>23</sup> estabelecidos nas secções 4.1, 4.2 e 4.3.
29. A Comissão efetuará um teste de equilíbrio para analisar se os efeitos positivos esperados compensam os eventuais efeitos negativos.
30. Tendo em conta a natureza do projeto, a Comissão pode considerar que é presumida a presença de importantes deficiências sistémicas ou do mercado ou de graves desafios societais, bem como o contributo para um objetivo de interesse europeu comum, no que respeita às componentes individuais de um projeto integrado se o projeto em causa preencher os critérios de elegibilidade indicados no ponto 3 anterior.

##### **4.1. Necessidade e proporcionalidade do auxílio**

31. O auxílio não deve subvencionar os custos de um projeto que uma empresa iria, de qualquer modo, suportar, nem compensar o risco comercial normal de uma atividade económica. Sem o auxílio, o projeto não poderia ser realizado ou seria realizado numa menor dimensão ou âmbito, ou de forma diferente que limitaria de forma significativa os seus benefícios esperados<sup>24</sup>. O auxílio só será considerado proporcionado se não for possível alcançar o mesmo resultado com um auxílio de menor dimensão.
32. O Estado-Membro deve fornecer à Comissão informações adequadas sobre o projeto objeto de auxílio, assim como uma descrição exaustiva do cenário contrafactual que corresponde à situação em que nenhum Estado-Membro concede qualquer auxílio. O cenário contrafactual pode consistir na ausência de um projeto alternativo ou num projeto alternativo considerado pelo beneficiário no âmbito da sua tomada de decisões internas, e pode estar relacionado com um projeto alternativo total ou parcialmente realizado fora da UE. Para demonstrar a credibilidade do cenário contrafactual apresentado pelo beneficiário, o Estado-Membro notificante é convidado a apresentar documentos internos pertinentes do beneficiário, nomeadamente apresentações do conselho de administração, análises, relatórios e estudos relativos a esses projetos alternativos.
33. Na ausência de um projeto alternativo, a Comissão verificará se o montante do auxílio não excede o mínimo necessário para que o projeto objeto de auxílio seja suficientemente rentável, por exemplo, tornando possível obter uma taxa interna de retorno correspondente à taxa de referência ou à taxa mínima praticadas no setor ou na empresa. As taxas normais de retorno

---

<sup>23</sup> De acordo com o Tribunal de Justiça, a Comissão dispõe de um poder de apreciação no que se refere à apreciação da compatibilidade dos PIIEC. Processos apensos C-62/87 e 72/87, Exécutif régional wallon e SA Glaverbel/Comissão, ECLI:EU:C:1988:132, n.º 21.

<sup>24</sup> O pedido de auxílio deve preceder o início dos trabalhos, ou seja, a data de início dos trabalhos de construção ligados ao investimento ou do primeiro compromisso firme de encomenda de equipamentos ou qualquer outro compromisso que torne o investimento irreversível, se este se verificar primeiro que aquele. A aquisição de terrenos e os trabalhos preparatórios como a obtenção de licenças e a realização de estudos de viabilidade preliminares não são considerados o início dos trabalhos.



exigidas pelo beneficiário noutros projetos de investimento de tipo semelhante, o seu custo global em termos de capital ou os retornos normalmente observados no setor em causa podem ser igualmente utilizados para este fim. Todos os custos e benefícios esperados pertinentes devem ser tidos em conta durante o ciclo de vida do projeto.

34. O nível máximo do auxílio será determinado tendo em conta o défice de financiamento identificado em relação aos custos elegíveis. Se for justificada pela análise do défice de financiamento, a intensidade do auxílio pode cobrir a totalidade dos custos elegíveis. O défice de financiamento refere-se à diferença entre os fluxos de caixa positivos e negativos ao longo do ciclo de vida do investimento, atualizados para valores correntes com base num fator de atualização adequado, refletindo a taxa de retorno necessária para o beneficiário realizar o projeto, nomeadamente tendo em conta os riscos envolvidos. Os custos elegíveis são os definidos no anexo<sup>25</sup>.
35. Se for demonstrado, por exemplo, através de documentos internos da empresa, que o beneficiário do auxílio está perante uma escolha clara entre a realização de um projeto objeto de auxílio ou uma alternativa sem auxílio, a Comissão irá comparar o valor atual líquido esperado do investimento no projeto objeto de auxílio e o projeto contrafactual, tendo em conta a probabilidade de ocorrência dos diferentes cenários empresariais.
36. Os auxílios estatais destinados a fomentar a realização dos PIIEC podem ser cumulados com financiamento da UE ou de outros auxílios estatais, desde que o montante total do financiamento público concedido em relação aos mesmos custos elegíveis não exceda a taxa de financiamento mais favorável estabelecida nas regras aplicáveis do direito da UE.
37. A título de salvaguarda adicional para garantir que o auxílio estatal continua a ser proporcionado e limitado ao necessário, a Comissão pode solicitar ao Estado-Membro notificante que aplique um mecanismo de recuperação. O mecanismo de recuperação deve assegurar uma partilha equilibrada dos ganhos quando o projeto é mais rentável do que o previsto na análise do défice de financiamento. Esse mecanismo deve ser concebido de forma a manter incentivos para que os beneficiários maximizem os seus investimentos e o desempenho dos seus projetos. Os Estados-Membros não estão impedidos de aplicar mecanismos de recuperação adicionais ou mais rigorosos.
38. Na sua análise, a Comissão terá em consideração os seguintes elementos:
  - a) Especificação da mudança visada: o Estado-Membro deve especificar muito bem a mudança de comportamento que é suscetível de resultar do auxílio estatal, ou seja, saber se o auxílio suscita um novo projeto ou se aumenta a dimensão, o âmbito ou o ritmo de um projeto. A mudança de comportamento deve ser identificada mediante uma comparação dos resultados esperados e o nível de atividades visadas com e sem o auxílio. A diferença entre os dois cenários mostra o impacto da medida de auxílio e o seu efeito de incentivo;

---

<sup>25</sup> No caso de um projeto integrado, os custos elegíveis devem ser especificados a nível de cada projeto individual.

- b) Nível de rendibilidade: é mais provável que o auxílio tenha um efeito de incentivo se um projeto não for, por si só, suficientemente rentável, para uma empresa privada, mas vier a gerar importantes benefícios para a sociedade.
39. De forma a abordar as distorções diretas ou indiretas, reais ou potenciais, do comércio internacional, a Comissão poderá ter em conta o facto de, direta ou indiretamente, os concorrentes situados fora da UE terem recebido (nos últimos três anos) ou irem receber auxílios de um valor equivalente para projetos semelhantes. Todavia, quando forem previsíveis distorções do comércio internacional após mais de três anos, e dada a natureza específica do setor em questão, o período de referência pode ser alargado em conformidade. Se for possível, o Estado-Membro em causa enviará à Comissão informações suficientes que lhe permitam apreciar a situação, em especial no que diz respeito à necessidade de tomar em consideração a vantagem concorrencial de que beneficia um concorrente de um país terceiro. Se a Comissão não dispuser de informações relativamente ao auxílio concedido ou projetado, pode igualmente basear a sua decisão em provas circunstanciais. A Comissão pode igualmente tomar medidas adequadas para combater as distorções da concorrência decorrentes de subvenções recebidas fora da UE.
40. Ao recolher provas, a Comissão pode utilizar os seus poderes de investigação<sup>26</sup>.
41. A escolha do instrumento de auxílio deve fazer-se em função da deficiência do mercado ou de outras importantes deficiências sistémicas que se pretendam resolver. Por exemplo, quando o problema subjacente for a falta de acesso ao financiamento, os Estados-Membros devem, em princípio, recorrer a um auxílio sob a forma de apoio à liquidez, como um empréstimo ou uma garantia<sup>27</sup>. Quando também for necessário dotar a empresa de um certo grau de partilha de riscos, o instrumento de auxílio privilegiado deve ser, em princípio, um adiantamento reembolsável. Os instrumentos de auxílio reembolsáveis serão geralmente considerados como um indicador positivo.
42. A Comissão analisará mais favoravelmente os projetos que incluam uma contribuição muito significativa por parte dos próprios beneficiários ou uma contribuição significativa por parte de investidores privados independentes. A contribuição através de ativos corpóreos e incorpóreos, bem como de terrenos, deve ser contabilizada ao preço de mercado.
43. A seleção dos beneficiários através de um procedimento concorrencial, transparente e não discriminatório será considerada um indicador positivo.

#### **4.2. Prevenção de distorções indevidas da concorrência e teste do equilíbrio**

44. O Estado-Membro deve apresentar elementos comprovativos de que a medida de auxílio proposta constitui o instrumento político adequado para atingir o

---

<sup>26</sup> Ver artigo 1.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 734/2013 do Conselho, de 22 de julho de 2013, que altera o Regulamento (CE) n.º 659/1999 que estabelece as regras de execução do artigo 93.º do Tratado CE (JO L 204 de 31.7.2013, p. 15).

<sup>27</sup> Os auxílios sob a forma de garantias devem ser limitados no tempo e os auxílios concedidos sob a forma de empréstimos devem ser sujeitos a prazos de reembolso.

objetivo do projeto. Uma medida de auxílio não pode ser considerada adequada se existirem outros instrumentos políticos ou outros tipos de instrumentos de auxílio que causem menos distorções e que permitam alcançar o mesmo resultado.

45. Para que o auxílio seja compatível, os efeitos negativos da medida de auxílio, em termos de distorção da concorrência e de impacto nas trocas comerciais entre Estados-Membros, devem ser limitados e compensados pelos efeitos positivos em termos de contribuição para o objetivo de interesse europeu comum.
46. Para apreciar os efeitos negativos da medida de auxílio, a Comissão centrará a sua análise no impacto previsível que o auxílio possa ter sobre a concorrência entre as empresas nos mercados dos produtos em causa, incluindo os mercados a montante ou a jusante, e sobre o risco de sobrecapacidade.
47. A Comissão irá apreciar o risco de encerramento do mercado e de posição dominante, sobretudo em caso de ausência ou de divulgação limitada dos resultados da investigação. Os projetos que envolvam a construção de uma infraestrutura<sup>28</sup> devem respeitar os princípios do acesso aberto e não discriminatório à infraestrutura, bem como da tarificação e da exploração da rede não discriminatórias, incluindo os estabelecidos no direito da UE<sup>29</sup>.
48. A Comissão irá apreciar os potenciais efeitos negativos sobre as trocas comerciais, incluindo o risco de que ocorra uma «corrida às subvenções» entre Estados-Membros, em especial no que diz respeito à escolha de um local.
49. Na sua apreciação dos potenciais efeitos negativos sobre as trocas comerciais, a Comissão analisará se o auxílio está condicionado à realocação de uma atividade de produção ou de qualquer outra atividade do beneficiário de outro país do EEE para o território do Estado-Membro que concede o auxílio. Tal condição afigura-se prejudicial para o mercado interno, independentemente do número de postos de trabalho efetivamente perdidos no estabelecimento inicial do beneficiário no EEE.

#### **4.3. Transparência**

50. Os Estados-Membros devem garantir que as seguintes informações são publicadas no Módulo de Transparência dos Auxílios Estatais da Comissão ou num sítio Web abrangente dedicado aos auxílios estatais, a nível nacional ou regional:
  - a) O texto integral da decisão de concessão de um auxílio individual e respetivas disposições de aplicação, ou respetiva hiperligação;
  - b) A identidade da(s) autoridade(s) que concede(m) o auxílio;
  - c) O nome e o identificador de cada beneficiário, com exceção dos segredos comerciais e de outras informações confidenciais em casos

---

<sup>28</sup> Para evitar qualquer dúvida, as linhas-piloto não são consideradas infraestruturas.

<sup>29</sup> Caso o projeto inclua infraestruturas no setor da energia, fica sujeito ao regulamento relativo aos direitos aduaneiros e ao acesso, assim como a requisitos em matéria de dissociação, quando exigido pela legislação relativa ao mercado interno.

devidamente justificados e sob reserva de acordo da Comissão em conformidade com a Comunicação da Comissão relativa ao sigilo profissional nas decisões em matéria de auxílios estatais<sup>30</sup>;

- d) O instrumento de auxílio<sup>31</sup>, o elemento de auxílio e, se for diferente, o montante nominal do auxílio, expresso em montante total na moeda nacional concedido a cada beneficiário;
  - e) A data de concessão e a data de publicação;
  - f) O tipo de empresa (pequena ou média empresa/grande empresa);
  - g) A região em que o beneficiário está localizado (ao nível II da NUTS ou inferior);
  - h) O principal setor económico em que o beneficiário exerce as suas atividades (ao nível do grupo da NACE);
  - i) O objetivo do auxílio.
51. A exigência de publicar as informações é aplicável no caso da concessão de auxílios individuais superiores a 500 000 EUR. Estas informações devem ser publicadas após ter sido tomada a decisão de conceder auxílio, devem ser conservadas durante, pelo menos, 10 anos e devem estar disponíveis ao público sem restrições<sup>32</sup>.

## **5. DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **5.1. Obrigação de notificação**

52. Ao abrigo do artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, os Estados-Membros devem informar previamente a Comissão de quaisquer projetos para conceder ou alterar auxílios estatais, incluindo os auxílios a um PIIEC.
53. Os Estados-Membros envolvidos nos mesmos PIIEC são convidados, sempre que possível, a apresentar à Comissão uma notificação comum que inclua um texto conjunto descrevendo o PIIEC e demonstrando a sua elegibilidade.

### **5.2. Avaliação *ex post* e apresentação de relatórios**

54. A execução do projeto deve ser objeto de relatórios periódicos. Se for caso disso, a Comissão pode solicitar a realização de uma avaliação *ex post*.

### **5.3. Aplicação**

55. A presente comunicação será aplicada a partir de 1 de janeiro de 2022.

---

<sup>30</sup> C(2003) 4582 (JO C 297 de 9.12.2003, p. 6).

<sup>31</sup> Subvenção/Bonificação de juros; Empréstimo/Adiantamentos reembolsáveis/Subvenção reembolsável; Garantia; Benefício fiscal ou isenção fiscal; Financiamento de risco; Outro (especificar). Se o auxílio for concedido através de múltiplos instrumentos de auxílio, o montante do auxílio tem de ser fornecido por instrumento.

<sup>32</sup> Estas informações têm de ser publicadas no prazo de seis meses a contar da data de concessão. No caso de auxílios concedidos ilegalmente, os Estados-Membros devem assegurar a publicação destas informações *ex post* no prazo de seis meses a contar da data da decisão da Comissão. As informações devem estar disponíveis num formato como, por exemplo, os formatos CSV ou XML, que permita que a informação seja pesquisada, extraída e facilmente publicada na Internet.

56. A Comissão aplicará os princípios estabelecidos na presente comunicação a todos os projetos de auxílio notificados relativamente aos quais deva tomar uma decisão após a sua entrada em vigor, mesmo que os projetos tenham sido notificados antes dessa data.
57. Em conformidade com a Comunicação da Comissão relativa à determinação das regras aplicáveis à apreciação dos auxílios estatais concedidos ilegalmente<sup>33</sup>, no caso de auxílios não notificados, a Comissão aplicará a presente comunicação, se o auxílio for concedido após a sua entrada em vigor, bem como as regras em vigor no momento em que o auxílio foi concedido, em todos os outros casos.

---

<sup>33</sup> Comunicação da Comissão relativa à determinação das regras aplicáveis à apreciação dos auxílios estatais concedidos ilegalmente (JO C 119 de 22.5.2002, p. 22).

Bruxelas, XXX  
[...] (2021) XXX draft

ANNEX 1

## ANEXO

*da*

### COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

**Critérios para a análise da compatibilidade com o mercado interno dos auxílios  
destinados a fomentar a realização de projetos importantes de interesse europeu comum**

## ANEXO

### CUSTOS ELEGÍVEIS

- a) Estudos de viabilidade, incluindo estudos técnicos preparatórios, e os custos da obtenção das licenças necessárias para a realização do projeto.
- b) Custos relativos a instrumentos e equipamento (incluindo instalações e veículos para transporte), na medida e durante o período em que forem utilizados para o projeto. Se tais instrumentos e equipamento não forem utilizados durante todo o seu tempo de vida para o projeto, apenas são considerados elegíveis os custos de amortização correspondentes à duração do projeto, calculados com base nas boas práticas contabilísticas.
- c) Custos de aquisição (ou construção) de edifícios, infraestruturas e terrenos, na medida e durante o período em que forem utilizados para o projeto. Sempre que estes custos forem determinados tendo em conta o valor da cessão comercial ou os custos de capital efetivamente incorridos, por oposição aos custos de amortização, o valor residual do terreno, edifício ou infraestrutura deve ser deduzido do défice de financiamento, quer *ex ante* quer *ex post*.
- d) Custos de outros materiais, fornecimentos e produtos similares necessários para o projeto.
- e) Custos de obtenção, validação e defesa de patentes e outros ativos incorpóreos. Custos de investigação contratual, conhecimentos e patentes adquiridos a fontes externas ou por elas licenciados em condições de concorrência, bem como os custos de consultoria e serviços equivalentes utilizados exclusivamente no projeto.
- f) Custos de pessoal e administrativos (incluindo despesas gerais) diretamente relacionados com as atividades de I&D&I, incluindo as atividades de I&D&I relativas à primeira utilização industrial ou, no caso de um projeto relativo a uma infraestrutura, realizados durante a construção da infraestrutura.
- g) No caso de um auxílio a favor de um projeto de primeira utilização industrial, as despesas de capital e de funcionamento na medida e durante o período em que forem utilizadas para o projeto, desde que a utilização industrial resulte de uma atividade de I&D&I e que inclua ela própria uma componente muito importante de I&D&I que constitua um elemento integrante e necessário para o sucesso da execução do projeto. As despesas de funcionamento devem estar ligadas a essa componente do projeto.
- h) Podem ser aceites outros custos se se afigurarem justificados e estiverem intrinsecamente relacionados com a realização do projeto, com exceção dos custos de funcionamento não abrangidos pela alínea g).